TEORIA DA COMUNICAÇÃO E TEORIA DA RECEPÇÃO

Jacques Leenhardt

A sociologia, grande sonho científico e político do século XIX, está sempre redefinindo seu objeto, a “sociedade”, na medida em que este escapa aos conceitos que pensavam compreendê-lo. Podemos ver nisto a prova de sua vitalidade, sendo a crise, sob este ponto de vista, uma das modalidades da própria vida intelectual, sua forma mais comum, mesmo se somos acostumados a opor normalidade e crise.

A sociologia da comunicação social também não escapa dessa crise. Quando podíamos ainda crer na unidade da “sociedade”, acreditávamos poder deduzir dela uma sistematicidade que conferia a cada fenômeno sua lógica e seu lugar funcional. Quando o todo é dado, as regras do jogo se deduzem de maneira cômoda e não contraditória.

Não é preciso lembrar aqui a dúvida que se instalou nos espíritos sobre tais coerências. Seu efeito sobre a teoria social tomou particularmente a forma de uma discussão renovada sobre o lugar da comunicação no social a tal ponto que, para alguns, até mesmo a fórmula eufemística “o social” seria ainda um efeito ilusório, estando “o social”, por sua vez, morto depois que “a sociedade” desapareceu sob o efeito erosivo de uma comunicação tão múltipla que, por fim, não tinha um objeto real determinável.

É dentro desse contexto de odores cadavéricos que se coloca a questão da prática literária, até então pouco honrada pelos sociólogos pois aparentemente muito minoritária ou elitista. Portanto, ao mesmo tempo que nós nos interrogamos sobre a decomposição desse todo social, poderia ser de algum interesse visitar a prática da literatura, a qual, por individual que ela seja, ativa, à sua maneira, aquilo que constitui o âmago de toda concepção de vida em sociedade: o sistema de relações sociais.

Não faltam os presságios que anunciam ou lamentam a morte da literatura, e ainda mais a da leitura, esta tendo sido eliminada, como se

---

Jacques Leenhardt é Diretor de estudos da École des Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris.

Texto traduzido por Renata B. Proença.

diz, pela cultura de massa, pela televisão e, secundariamente, pelo cinema. Sem dúvida, uma nova concorrência surgiu com o *universo ficcional instantâneo* trazido pelo filme de cinema ou televisão. No entanto, seria equivocado desprezar os fenômenos ligados à experiência do *universo ficcional prolongado* que instaura a leitura. Sua temporalidade particular, feita de duração, de possibilidades de retorno, e mesmo de antecipação do final, faz da leitura do livro uma possível operação sobre o ficcional que a seqüência obrigatória do desenrolar cinematográfico não permite. Em consequência, e apesar da concorrência que lhe é feita, a leitura permanece uma experiência singular que exige nossa atenção.

Assim sendo, desde já limitaremos estas reflexões a uma parte da literatura: a ficção romanesca. Para o nosso propósito, esta restrição se justifica pelo fato de que esse setor da prática literária, tanto a escrita quanto a leitura, é marcado desde sua origem por uma obstinada vontade:

- a) de atribuir ações a personagens que sejam “comparáveis” o mais possível com aqueles que poderiam freqüentar ou conhecer todo e qualquer leitor;
- b) de facilitar a identificação do leitor com situações e personagens fictícios;
- c) de produzir um mundo verossímil, ou ao menos possível, a partir de situações exemplares.

O estado de crise permanente em que se encontra a sociologia deve-se em boa parte ao fato de que ela nunca chegou a dominar a contradição que a funda: de ser um sonho de totalidade nascido em pleno avanço do individualismo, por definição fracionário. Sistema social e organização psíquica individual ficaram por este fato como as polaridades de um pensamento que irá preferir estabelecer suas certezas em cima de duas disciplinas separadas – a sociologia e a psicologia – antes de enfrentar a ambivalência epistemológica e metodológica que em segredo ele renunciava colocar, mas que desde então o preocupa.

Portanto, nesse sentido, a prática literária oportuniza *colocar em prática (mettre en oeuvre)* essa ambivalência, sem precisar preocupar-se com as compartimentagens disciplinares. Por não ser regido por nenhuma regra, o romance escapa das coerências ilusórias que organizam o espírito disciplinar, mesmo que, em contrapartida, ele deva evidentemente renunciar ao estatuto de verdade. Ele não tem vocação para a verdade, tal qual a ciência a define segundo seus princípios, e no entanto ele não saberia ser reduzido nem à ilusão – a qual em toda hipótese não

poderia qualificar essa parte de seu poder que chamamos “efeito de realidade” – nem ao erro, ou ainda menos ao engano, os quais implicariam a existência de uma verdade que precisamente não pertence ao mundo literário e nem é reivindicada por ele.

Colocadas essas questões, gostaria de examinar como a teoria da prática literária pode-se integrar a uma reflexão contemporânea sobre a maneira pela qual se produz o que chamaremos, por falta de termo melhor, “o social”, através da troca imaginária que permite a literatura.

Além do mais, a teoria da comunicação, encontrando na prática literária uma articulação específica da atividade privada da consciência com a comunicação social, poderá, neste caso particular, elaborar alguns preâmbulos a uma resposta à pergunta que se colocou N. Luhmann (1988, p. 891): Como a consciência pode ser ao mesmo tempo um sistema estruturalmente determinado e um meio?

Luhmann observa que esse duplo estatuto é possibilitado pelo fato de que a língua, que serve de modo de expressão à consciência privada, mesmo que pertencendo a um sistema rígido, torna-se na comunicação um meio suscetível de tomar formas flexíveis, mutáveis e variadas. Tais são os relatos e as teorias que construímos na linguagem, que mesmo tendo a rigidez de sua *mise en forme*, logo que enunciadas, se desfiam e se transformam, tomadas pela instabilidade constitutiva de tudo que ganha forma no tempo. O mesmo ocorre com a literatura no ato da leitura.

Existe, pela importância da comunicação verbal no seio do sistema social, um princípio de derivação que impede que a lógica reprodutiva do sistema não conduza a uma simples repetição. Sobre esse assunto, temos muitas vezes falado de entropia, ficando no interior de um esquema de comunicação como transmissão de sentido. Seria melhor falar de uma atividade permanente de reconfiguração dos elementos constitutivos do sistema, o que abre caminho para a interrogação dos processos de transformação que o afetam (Leenhardt, 1982).

Toda comunicação reproduz e transforma. No campo da literatura, depois de uma década durante a qual predominou um *élan* teórico essencialmente interessado nos preceitos específicos do sistema lingüístico e semiótico, foram colocadas em prática diversas teorias que visam restituir ao processo literário sua função dinâmica. Jan Mukarovsky, figura essencial do círculo de Praga, já indicava em 1966 que a obra literária, enquanto fato semiológico, é em parte um signo material polissêmico e, em outra, uma concretização ou interpretação desse signo pela consciência coletiva dos membros de um grupo social particular. Ele chamava a obra concretizada, ou interpretada, de “objeto estético”, cujo

conteúdo semântico corresponde ao sistema de valores e ao sistema normativo da coletividade que o acolheu:

Toda obra de arte é um signo autônomo composto de:

- a) “A obra material” que tem o valor de um símbolo sensível.
- b) “O objeto estético” que se enraiza na consciência coletiva e ocupa o lugar do “sentido”.
- c) Da relação com um objeto indicado que não visa a uma existência particular definível – na medida em que se consiste de um signo autônomo –, mas sim o contexto global de todos os fenômenos sociais (ciência, filosofia, religião, política, economia) de um meio específico. (1966, p. 88)

Pierre Zima (1985, p. 203) comenta assim a contribuição de Mukarovsky:

Na perspectiva aberta por Mukarovsky, a leitura aparece como um processo coletivo irreduzível às reações estéticas de leitores individuais. Ainda que a leitura (de um romance ou de um poema) seja quase sempre individual, ela é inseparável do sistema normativo da coletividade ou das coletividades as quais pertencem o indivíduo.

Hans Robert Jauss (1978), baseando-se em Mukarovsky e Gadamer, insistirá na inscrição histórica de toda leitura (e releitura) de textos literários, propondo uma nova versão do conceito de *horizonte de espera* (*horizon d'attente*) elaborado por Mannheim e pela hermenêutica literária.

Ressituando a significação literária na história, e na própria sociologia, as novas teorias da literatura chamavam a atenção sobre uma atividade até então negligenciada: a do leitor. Tomávamos consciência de que para existir a literatura era necessário não só que ela tomasse a forma imóvel de um “texto”, um símbolo material e sensível, mas igualmente que ela fizesse objeto de uma “concretização” (Ingarden) pelo ato da leitura, tornando-se assim um “objeto estético” (Mukarovsky).

Essa leitura, considerando desde então a estética, a *aisthesis* aristotélica, não podia mais aparecer somente como um exercício inteligente de decifração, do qual participariam disciplinas cada vez mais finas e rigorosas. Um deslocamento de interesse acompanha, de fato, essas interrogações que conferem à atividade construtiva da leitura um novo papel em diálogo com as forças determinantes próprias à estrutura textual (semiótica, ideológica, etc.).

O que se trata nesses deslocamentos é a possibilidade de uma visão desdobrada do processo de conhecimento social. Conhecer, em sociedade, não é somente produzir um saber sobre o mundo, é também, e num mesmo gesto, produzir uma *imagem do mundo*. Pensar o conhecimento social como uma dialética instável entre imagem do mundo e o saber do mundo é também questionar-se retroativamente sobre o que chamamos “ciência social” e sobre a função cognitiva da imaginação como atividade social. O funcionamento da literatura (escrita e leitura) revela aqui sua potência exemplar. É por isso que podemos tentar articular a reflexão desenvolvida no domínio da teoria literária a certas questões surgidas no campo da sociologia da comunicação e, para tanto, nos basearemos no livro de Wolfgang Iser (1985), *L'Acte de lire*. Iser introduz a idéia de que a estrutura semiótica dos textos de ficção não se oferece à análise, *principalmente* como um sistema lingüístico cujos significados deveriam ser descritos, mas de preferência como uma mediação tomando a forma de um feixe de instruções destinadas a possibilitar, e até mesmo a desencadear, a produção de significados pelo leitor.

Ora, desde que a teoria coloca em evidência a atividade construtiva do leitor – e, poderíamos dizer, de toda pessoa que se confronta com uma estrutura sensível – ela introduz a questão da multiplicidade das perspectivas que podem efetivamente ser adotadas com relação ao sentido proposto e sua gestão pelo leitor. Vindo inscrever-se numa história singular marcada pelo passado, por suas esperanças e por seus interesses, o sentido não poderia ser (*ne saurait être* / não saberia ser) reduzido unilateralmente à sua formulação textual, tão precisa quanto possa ser a descrição. A idiosincrasia do leitor – o que chamamos, conforme o caso, sua história, seus interesses ou suas competências (Leenhardt, 1988, p. 302-311) – entra em conflito com a estrutura textual da mensagem e multiplica as perspectivas.

A dinâmica que anima o interior desse conflito proíbe que este seja resolvido inteiramente em benefício de uma leitura dominada por uma consciência racional, lógica e mestre de todos os parâmetros, assim como ela impede que a representação que resultará dessa confrontação com o texto deva somente sua forma ao livre jogo da imaginação. Entre uma submissão hipotética ao texto e a incontável derivação de uma imaginação desenfreada, Iser prevê a existência de uma estruturação mediadora a qual ele chama, como fez Husserl, uma “síntese passiva”, de alguma maneira pré-consciente. Ele dá a essa modalidade sintética o nome de imagem, e conclui que os textos de ficção propõem ou suscitam imagens em torno das quais se constrói verdadeira e unicamente uma relação entre a *signifi-*

---

cação do texto e o efeito do texto. Essa posição mediadora dada à imagem no âmago do processo de concretização do texto no ato de leitura lembra de maneira oportuna a função preenchida, mesmo numa prática como a da leitura, pela imaginação como instância elaboradora. Esta última, de fato, serve para *singularizar* ou *particularizar* os conteúdos evocados pelos significantes e que, na competência de cada leitor, são dados somente na indistinção de um saber geral. Os dispositivos de linguagem colocam necessariamente em ações noções, conceitos e idéias de ordem geral. Eles solicitam assim, e como seu complemento necessário, uma função particularizante capaz de fixar, numa imagem singular, o que a imaginação terá evocado para si a partir do convite conceitual que a terá despertado. Desse ponto de vista, a colocação em imagens (*mise en image*) constitui, ao mesmo tempo, uma seleção no arquivo enciclopédico que foi historicamente constituído e sociologicamente organizado em cada indivíduo, e uma concretização no sentido de uma passagem necessária a um estado determinado da representação.

A “síntese passiva”, evocada por Iser com o nome de imagem, provoca então o aparecimento dos conteúdos estruturados que não dependem nem da percepção direta (de algo presente diante de si), nem do conceito, enquanto conhecimento sobre algo, mas da dialética entre percepção (*Wahrnehmung*) e representação (*Vorstellung*).

Na leitura de textos de ficção, somos então – prossegue Iser – forçados a forjar representações imaginadas, na medida em que as esquematizações propostas pelo texto constituem somente um saber sobre as pressuposições das quais um objeto imaginário deve ser produto. (1985, p. 222)

Ao longo das duas últimas décadas, as teorias da leitura reorientaram então a pesquisa literária em direção ao leitor, abrindo desta forma uma zona de diálogo com a sociologia. Mas será somente a partir de uma aceitação do papel mediador do que chamávamos “psicossocial” – enquanto instância de construção da relação do indivíduo com o social através das experiências imaginárias – que tanto a sociologia como a teoria da literatura irão superar os impasses em que foram confinadas em parte pela tradição das “belas letras” e em parte pelo isolamento disciplinar.

O aprofundamento do processo construtivo do sentido no ato da leitura pode servir de ponto de partida para a compreensão mais geral dos funcionamentos do sentido na comunicação social. A situação da leitura oferece, a esse respeito, a vantagem de, com a materialidade do

texto como estrutura de sentido fixado num suporte (livro, periódico, etc.), evidenciar-se a obrigação de confrontar-se o sentido como estrutura mediadora. A dupla funcionalidade do livro, ao mesmo tempo estrutura de sentido e poder evocador de mundos imaginários, pertencendo especificamente ao sujeito leitor, à sua história e à sua posição dentro do dispositivo social, sublinha a necessidade de uma operação sintética, que elimina tanto quanto possível a ilusão de uma simples transmissão do sentido, ou aquela, correlata, de uma imposição unívoca desse mesmo sentido, assim como ela descarta igualmente a hipótese laxista segundo a qual a ênfase colocada sobre a atividade do leitor conduziria a tornar teoricamente uma imaginação leitora desenfreada.

Ao término dessa breve incursão pelo domínio da teoria da leitura, dois elementos podem ser lembrados. No plano da teoria social da elaboração do sentido, os estudos sobre a leitura como atividade simbólica (ou imaginante) constituem um terreno exemplar para a comunicação social. Este caráter exemplar deveria interessar tanto mais ao sociólogo da comunicação pelo fato da estrutura de sentido da qual se trata, a ficção romanesca, encontrar-se (como havíamos observado) no centro de uma outra negociação essencial: aquela na qual se organizar a relação da pessoa com o social.

A construção de imagens no ato da leitura pode servir como um modelo de atividade construtiva de vínculo social; se no ato de ler chegássemos a compreender seus mecanismos na sua produtividade imaginante estes dariam no mínimo uma metáfora do que é a construção do social na atividade cotidiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ISER W., *Der Akt des Lesens*. Munich: Wilhem Finck Verlag, 1976. *L'Acte de lire*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1985.
- JAUSS H. R., *Pour une esthétique de la réception*. Paris: Gallimard, 1978. Tradução de Cl. Maillard.
- LEENHARDT J., "De la compétence dans l'activité lectrice". In: *La lecture littéraire*, sob a direção de Michel Pichard. Paris: Clancier-Guénaud, 1988.
- LEENHARDT J. e JOZSA P. Com a colaboração de BURGOS M., *Lire la lecture. Essai de sociologie de la lecture*. Paris: Ed. Le Sycomore, 1982.
- LUHMANN N., "Wie ist Bewusstsein na Kommunikation beteiligt?", (Como a consciência é ligada à comunicação?). In: *Materialität der Kommunikation*, sob a direção de H. U. Gumbrecht e K. L. Pfeiffer, Frankfurt, Suhrkamp Verlag, 1988.
- MUKAROVSKY J., *Studí e z estetiky*. Prague: Odéon, 1966.
- ZIMA P. V., *Manuel de sociocritique*. Paris: Picard, 1985.